



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## **ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA RIO RURAL EM BARRA DO PIRAÍ (RJ) A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DAS MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS RIO DAS FLORES/IPIABAS E SÃO JOSÉ DO TURVO**

**Daniela Meirelles Maia**

Aluna do curso de Especialização em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro  
Contato de e-mail: danimeirelles60@gmail.com

### **Sessão Temática 02: Políticas públicas e gestão multiescalar do território urbano e regional**

**Resumo.** *O Programa de Desenvolvimento Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro – Rio Rural é um programa do Governo do Estado do Rio de Janeiro com financiamento do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que tem como principal objetivo o fomento do desenvolvimento rural fluminense, com aporte de recursos não reembolsáveis aos produtores rurais e suas comunidades, além do incentivo à proteção e conservação dos recursos naturais, associado ao aumento da produtividade sob o viés da sustentabilidade. A EMATER-RIO foi a instituição responsável pela implementação desta política pública, com ações de atendimento em microbacias hidrográficas, seguindo a lógica das metodologias participativas na implantação do programa. Através de dados quantitativos e qualitativos, a presente pesquisa realiza um estudo de caso analisando os resultados do Rio Rural como política pública de fomento ao desenvolvimento rural das microbacias Rio das Flores/Ipiabas e São José do Turvo (Barra do Pirai/RJ) entre 2014 e 2018, investigando as dinâmicas que engendraram as relações entre sociedade e território nestas localidades, e como essas relações interferem, na atualidade, o desenvolvimento das comunidades beneficiadas pelo Programa Rio Rural.*

*Palavras-chave.* Programa Rio Rural; desenvolvimento rural; Barra do Pirai;

### **THE DEVELOPMENT ANALYSIS OF THE RURAL RIO PROGRAM IN BARRA DO PIRAÍ – RJ FROM THE CASE STUDY OF THE RIO DAS FLORES/IPIABAS AND SÃO JOSÉ DO TURVO HYDROGRAPHIC MICRO BASINS**

**Abstract.** *The Program for Sustainable Development in Hydrographic Micro Basins in the State of Rio de Janeiro– Rural Rio is a program of the Government of the State of Rio de Janeiro with funding from International Bank for Reconstruction and Development (IBRD), whose main objective is to promote fluminense rural development, with a contribution of non-refundable resources to rural producers and their communities, in addition to the incentive for protection and conservation of natural resources, associated with increased productivity under the bias of sustainability. EMATER-RIO was the institution responsible for implementing this Public Policy, with attendance actions in hydrographic microbasins, following the logic of participative methodologies in the implementation of the program. Through quantitative and qualitative data,*

*this research performs a case study analyzing the results of Rural Rio as a Public Policy to promote rural development in the Rio das Flores/Ipiabas and São José do Turvo (Barra do Pirai/RJ) micro basins from 2014 to 2018, investigating the dynamics that engendered the relations between society and territory in these localities, and how these relations interfere in the development of communities benefited by the Rural Rio Program.*

*Key words. Rio Rural Program; rural development; Barra do Pirai/RJ;*

## **LA ANÁLISIS DEL DESARROLLO DEL PROGRAMA RÍO RURAL EN BARRA DO PIRAI - RJ A PARTIR DEL ESTUDIO DE CASO DE LAS MICROCUENCAS HIDROGRÁFICAS RIO DAS FLORES/IPIABAS Y SÃO JOSÉ DO TURVO**

**Resumen.** *El Programa de Desarrollo Sostenible en Microcuencas Hidrográficas del Estado de Rio de Janeiro – Río Rural es un programa del Gobierno del Estado de Rio de Janeiro con financiación de Banco Internacional de Reconstrucción y Desarrollo (BIRD), que tiene como principal objetivo el fomento del desarrollo rural fluminense, con aporte de recursos no reembolsables a los productores rurales y sus comunidades, además del incremento a la protección y conservación de los recursos naturales, asociado al aumento de la productividad bajo el enfoque de la sostenibilidad. EMATER-RIO fue la institución responsable por la implementación de esa política pública, con acciones de atención en microcuencas hidrográficas, siguiendo la lógica de las metodologías participativas en la implantación del programa. A través de datos cuantitativos y cualitativos, la presente investigación realiza un estudio de caso analizando los resultados de Río Rural como política pública de fomento al desarrollo rural de las microcuencas Rio das Flores/Ipiabas y São José do Turvo (Barra do Pirai/RJ) entre 2014 y 2018, investigando las dinámicas que engendraron las relaciones entre sociedad y territorio en esas localidades, y como esas relaciones interfieren, en la actualidad, el desarrollo de las comunidades beneficiadas por el Programa Río Rural.*

*Palabras clave. Programa Río Rural; desarrollo rural; Barra do Pirai;*

### **1. Introdução**

Este trabalho de conclusão de curso, que se encontra na fase de qualificação junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade, pretende contribuir com os esforços para entender os desdobramentos do Programa Rio Rural no município de Barra do Pirai - RJ, identificando seus potenciais e suas limitações, a partir da análise de dois casos considerados emblemáticos, quais sejam: as Microbacias Hidrográficas Rio das Flores/Ipiabas e São José do Turvo. Estas microbacias deságuam na Bacia do Rio Paraíba do Sul, localizadas no sul fluminense, na região conhecida como Vale do Café, Rio de Janeiro.

O presente projeto de pesquisa se apresenta como um estudo de caso da implantação do Programa Rio Rural nestas microbacias com uma abordagem quantitativa, através de dados consolidados durante a implantação do projeto, entre os anos de 2014 a 2018. Além disso, buscar-se-á também desenvolver uma análise qualitativa, que se dará através da interpretação dos dados obtidos em campo, através da aplicação de um questionário com beneficiários do Programa, onde se buscará compreender a trajetória desses no território, perpassando por temas como: capital social; econômico e família.

Ao longo da implantação do programa, iniciada em 2014, foram realizadas diversas reuniões nas microbacias contempladas, onde eram realizadas ainda a construção coletiva e participativa dessa política pública, junto aos produtores rurais de cada microbacia, até sua culminância, em 2018.

Assim, esta pesquisa se dedicará a apresentar e comparar resultados do Programa Rio Rural em duas das três Microbacias Hidrográficas em que o programa foi implantado no município de Barra do Piraí - RJ. Para isso, buscar-se-á o levantar e analisar os dados quantitativos da implantação do Programa Rio Rural nas referidas microbacias hidrográficas; Investigar qualitativamente os impactos do Programa Rio Rural nas comunidades rurais destas MBH; Investigar as dinâmicas que engendraram as relações entre sociedade e território nestas localidades e como essas relações interferem, na atualidade, o desenvolvimento das comunidades beneficiadas pelo Programa Rio Rural; Publicizar informações consolidadas acerca dos impactos do Rio Rural no rural no município de Barra do Piraí.

O referido programa - denominado como Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas – Rio Rural, foi financiado pelo Banco Mundial em parceria com o Governo Estadual do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA), e implantado em Barra do Piraí entre 2014 e 2018. Neste, o público beneficiário, composto por produtores rurais, teve acesso a recursos de investimento não reembolsáveis, abarcando práticas econômicas sustentáveis em suas propriedades rurais. A contrapartida do beneficiário foi a mão de obra própria, bem como realização de práticas ambientais de cunho sustentável, que são listadas num hall de práticas já pré-definidas pelo programa.

Esta pesquisa parte do entendimento de que o desenvolvimento deve ser compreendido a partir de uma análise multidimensional, para além dos resultados econômicos e quantitativos. Deve-se considerar, por exemplo, os ganhos de capital social, a adoção e o fortalecimento de ferramentas de auto-gestão e inserção de metodologias participativas na construção de políticas públicas dessas comunidades rurais; a criação e a manutenção de uma cultura de participação social e de coletivização de processos decisórios dentro de comunidades. Tais aspectos serão abordados mais adiante no presente texto.

Entendendo a importância do Programa Rio Rural nas comunidades rurais de Barra do Piraí em que fora desenvolvido, a autora reuniu documentação oficial referente à implantação do programa em duas microbacias consideradas emblemáticas, por terem características aparentemente semelhantes, como número de beneficiários contemplados, transformando estes dados em objeto de pesquisa.

Diante das disparidades nos resultados da implantação de uma Política Pública em diferentes territórios, como nos casos das Microbacias Hidrográficas Rio das Flores/Ipiabas e São José do Turvo, é importante haver uma investigação dos processos e das dinâmicas que levam a um distinto desdobramento dessa política nesses espaços, a fim de qualificá-las, e englobar novas variantes no planejamento de aplicações futuras das mesmas.

Reforça-se a importância deste trabalho de pesquisa devido ao seu potencial para identificar as mudanças do rural do município de Barra do Piraí ocorridas através da implantação do Programa Rio Rural, bem como as limitações e potencialidades desta política de desenvolvimento nas condições em que a mesma foi planejada e executada. A identificação das referidas mudanças têm como base os resultados obtidos após a aplicação dos recursos de investimentos não-reembolsáveis nestas duas microbacias contempladas pelo programa.

Para as análises desta pesquisa foram utilizadas as ações executadas junto aos produtores rurais nas microbacias hidrográficas já citadas, localizadas no município de Barra do Piraí – RJ.

A pesquisa foi realizada inicialmente com investigação teórica, conceitual e também, mais especificamente, sobre os temas analisados (Programa Rio Rural; Desenvolvimento Rural Sustentável; Metodologias Participativas), com apuração de fontes bibliográficas e documentais, relacionadas ao Programa, e de fontes para a contextualização da região e suas atividades produtivas predominantes até os dias atuais.

Os dados primários da Emater-Rio são provenientes das diversas reuniões realizadas entre 2014 e 2018 nas microbacias contempladas pelo Programa Rio Rural, aqui priorizadas, e seus produtos, como os Diagnósticos Rurais das Microbacias (DRP), e os Planos Executivos da Microbacia (PEM), ambos construídos de maneira participativa com os produtores rurais, com direção da Emater-Rio.

Esse material bibliográfico foi produzido concomitantemente ao trabalho de campo e consolidação dos resultados junto ao Escritório Local de Barra do Piraí da Emater-Rio, instituição implementadora das ações desta Política Pública no município.

É importante ressaltar que o acesso aos documentos institucionais do Rio Rural, bem como seus mapas, atas das reuniões, registros fotográficos e participação ativa nas reuniões, só foram possíveis devido ao vínculo profissional da autora dessa pesquisa à Emater-Rio. Idealiza-se apresentar, ao final deste estudo que se encontra em fase de desenvolvimento, uma análise qualificada a respeito dos desdobramentos no território de uma política pública pensada com objetivos de desenvolvimento das comunidades rurais em que fora implantado. Como qualquer proposta de ação planejada e executada no território, esta política pública precisa ser analisada, reavaliada e ter correções de práticas, percursos e expectativas. Esta pesquisa pretende contribuir com essa complexa tarefa de avaliação e (re)planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento territorial.

## **2. Estabelecimento do Programa Rio Rural na agenda política do Rio de Janeiro**

No início da década de 1990 até o ano de 2002 os governos estaduais tinham como principais ações para o desenvolvimento rural a expansão de fomentos agropecuários via crédito subsidiado. A importância dessas ações é indiscutível, porém, as políticas estaduais voltadas ao desenvolvimento da agricultura e pecuária não previam as dimensões ambiental e institucional, da sustentabilidade (HISSA, 2020).

Ainda segundo Hissa (2020), essas ações públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável começam a atravessar a agenda política do estado do Rio de Janeiro a partir de então, porém com ações pouco efetivas, e sem continuidade.

No contexto nacional e estadual a retórica passa a ter como base a crítica social das experiências geradoras do desenvolvimento, em um ambiente

de crise do poder com predomínio das ações ortodoxas de desenvolvimento (FREITAS *et al.*, 2012).

O espaço rural apresenta uma complexidade decorrente de profundas transformações na relação entre o rural e o urbano, da emergência de sociedades urbanas, dos modelos produtivos predominantes e seus rebatimentos na estrutura fundiária e do acesso à terra, como afirma Marafon (2009, p. 9), “as fronteiras entre o urbano e rural ficam cada vez mais difusas e complementares”.

Para além da preocupação com os recursos naturais, as concepções sobre as ruralidades são gradativamente incorporadas, ainda que de modo parcial e contraditório, pelas políticas públicas de desenvolvimento rural (CARVALHO, 2020). Para Abramovay (1999), a “ruralidade” é conceituada como da parte natureza territorial, com costumes e tradições consolidados na diversidade de modos de vida, ultrapassando as barreiras setoriais, contemplando também as dimensões produtivas e econômicas.

Para melhor compreensão dessas ruralidades, a abordagem territorial emerge, refletindo diretamente na abordagem do Estado na criação de políticas públicas, inicialmente para fins de concessão de créditos, predominantemente (MARAFON, 2009).

Entre 1991 e 1996, a Secretaria Estadual de Agricultura havia implementado um programa piloto, com apoio da EMATER-RIO, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH-RJ) (HISSA, 2020). Embora tenha havido poucos investimentos na ponta neste período, ainda segundo Hissa (2020), foram priorizados diagnósticos com abordagem social, econômica e ambiental; além da produção de mapas e croquis das microbacias trabalhadas, que identificou precárias condições de infra-estrutura nas comunidades rurais do estado.

A resultante das demandas provenientes dos diagnósticos realizados, associadas ao contexto político e à insatisfação dos produtores rurais, evidenciou necessidade da reinauguração de ações pertinentes às demandas territoriais, ora evidenciados pelo estudo de microbacias hidrográficas, então materializado como o Rio Rural. Portanto, o Programa Rio Rural foi proposto como uma reformulação do PEMH-RJ, se alinhando às prioridades do agente financiador (HISSA, 2020).

### **3. A microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e ação do Programa Rio Rural**

O Rio Rural foi uma Política Pública que teve como unidade geográfica de planejamento e ação as microbacias hidrográficas. Houve priorização daquelas de maior influência na produção agropecuária dos municípios, conforme critérios estabelecidos pelo Banco Mundial.

A metodologia de microbacias hidrográficas vem sendo implantada desde a década de 1980 por governos estaduais, principalmente do Sul e Sudeste do Brasil, para a implantação de políticas públicas do setor agropecuário sustentável. No Programa Rio Rural a abordagem territorial da microbacia hidrográfica é abordada como “[...] a unidade territorial mínima capaz de integrar variáveis sociais, econômicas e ambientais comuns, facilitando a articulação e execução de intervenções necessárias ao

desenvolvimento local, permitindo uma visão sistêmica” (RIO RURAL BIRD, 2009).

A metodologia de utilização de microbacia propõe uma análise sistêmica que compreende fenômenos ambientais aliados aos componentes sociais neste meio físico, e como as relações ocorrem.

Frente aos desafios de manter o equilíbrio nos sistemas hidrológicos e conseqüentemente de todo o sistema ligado a ele, surge a microbacia como unidade de planejamento onde é possível o estudo detalhado das interações entre uso da terra e quantidade de água disponível e necessária para todas as atividades. Assim é a manutenção da saúde ambiental da microbacia que mantém ao longo do tempo suas funções. Isto por vez, só será possibilitado através do manejo mais sustentável dos recursos hídricos e dos componentes ao seu entorno. (SOUZA, *et al.* 2004, p. 4)

O Rio Rural adotara a MBH como metodologia por entender que as necessidades das diferentes comunidades rurais não se realizam somente nos limites de um único município, adotando então um recorte territorial que extrapola limite políticos administrativos municipais. Sendo assim, o programa ainda permitiu que produtores localizados geograficamente fora de uma microbacia possam ser beneficiados pelo programa, desde que estejam em áreas limítrofes, e que este beneficiário se identifique socialmente com a microbacia contemplada.

Em Barra do Piraí, dentre as atividades agropecuárias desenvolvidas, destacam-se as produções de bovinocultura de leite e corte. As diferenças sociais e no desenvolvimento de diferentes atividades agropecuárias são comuns numa mesma microbacia, enquanto as características ambientais, em geral, apresentam-se de maneira mais homogênea, refletindo no acesso aos subprojetos ambientais.

A importância da utilização da microbacia como unidade de ação pode ser ressaltada também na fase de planejamento das ações. O recorte da área em menores porções possibilita uma análise mais refinada, já que as demandas apresentam-se de maneira mais homogênea, assim, diagnósticos e tomadas de decisão são mais efetivos.

Em Barra do Piraí as políticas públicas municipais de diversos setores da economia possuem direcionamento distrital, o que paralelamente abrange as microbacias. Sendo assim, os diagnósticos individuais auxiliam também para subsidiar ações de demais esferas administrativas.

#### **4. O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro – Rio Rural**

O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas – Rio Rural fez parte das políticas públicas do Governo do Estado do Rio de Janeiro para o meio rural, executado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro (SEAPPA), por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável (SDS), com recursos do Banco Mundial / BIRD e do Governo do Estado (RIO RURAL BIRD, 2009).

O Rio Rural foi implementado entre os anos de 2006 a 2018, em três fases distintas de captação de recursos: Rio Rural GEF (Global Environmental

Facility - em tradução livre para o português - Fundo Global para o Meio Ambiente); Rio Rural BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e Rio Rural BIRD/Financiamento Adicional (FA).

Partindo-se da premissa de promover melhorias no rural fluminense, o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas – Rio Rural está no escopo das políticas públicas do Estado do Rio de Janeiro e se insere na discussão sobre que foco ou modelo de desenvolvimento que se vai buscar para alcançar a sustentabilidade. Essas melhorias estão associadas ao protagonismo dos agricultores no transcorrer do projeto e ao utilizar a metodologia de microbacias hidrográficas, fundamenta a participação de atores e sujeitos das comunidades envolvidas no Programa Rio Rural. (GALIEZ, 2014 p. 28)

Embora a prioridade inicial do Programa Rio Rural seja beneficiar agricultores familiares<sup>1</sup>, outros grupos de produtores e organizações rurais também foram contemplados, como pequenos agricultores, produtores rurais organizados em grupos formais (associações, cooperativas) e informais (grupos familiares, vizinhos, sem caráter de pessoa jurídica) como beneficiários prioritários.

Também houve apoio aos médios e grandes produtores rurais com comum interesse na adoção de práticas de conservação ambiental nas microbacias, porém, com menor aporte de recursos financeiros.

A primeira fase do Programa, executada entre 2006 e 2011, o Rio Rural GEF, teve caráter piloto, e priorizou as regiões do estado que reuniam maior concentração da agricultura familiar e os piores índices de degradação ambiental e pobreza rural (HISSA, 2020). Neste período houve investimento de US\$14 milhões em 24 municípios totalizando 48 microbacias, e beneficiando 4.000 famílias, principalmente nas regiões norte e noroeste do estado.

A segunda fase do Programa, Rio Rural BIRD foi iniciada em 2010, com previsão de conclusão em 2016. Nesta fase houve negociação entre Governo do Estado do Rio de Janeiro - através da SEAPEC, e o Banco Mundial, resultando na expansão do Rio Rural para todas as regiões do estado. Nesta fase o Rio Rural atingiu maiores escalas, abrangendo todas as regiões fluminenses, com aporte de recursos totalizando US\$79 milhões – sendo, 50% financiado pelo Banco Mundial e o mesmo montante como contrapartida do Governo do RJ, investidos em 59 municípios do Estado do Rio de Janeiro, aplicando recursos em 270 microbacias hidrográficas, beneficiando 37 mil famílias (SEAPPA, 2018).

O Programa teve como premissa, a ação em áreas do estado com maiores indicadores de “pobreza rural, concentração da agricultura familiar, PIB municipal do setor agro, índice de desenvolvimento humano e índice de qualidade ambiental dos municípios” (SEAPPA, 2011).

Como objetivo amplo, o Rio Rural tem como foco a promoção do desenvolvimento sustentável do setor agropecuário fluminense, para isso, adotou como principal metodologia a microbacia hidrográfica como unidade de ação e planejamento. A proposta dessa metodologia é que seja factível “[...] identificar e apoiar iniciativas e arranjos locais que possibilitem a construção de um processo evolutivo e contínuo de geração de renda,

respeitabilidade ambiental e equidade social, propiciando assim a melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral” (SEAPPA, 2011, p. 16).

Os procedimentos metodológicos dessa Política Pública visam sistematizar o envolvimento das comunidades rurais e suas particularidades físicas e de aptidão econômica. Com essa metodologia há um reconhecimento das variáveis sociais, econômicas e ambientais, o que facilita na tomada de decisões, e soluções dos problemas que cercam esta unidade estratégica de ação, em um menor recorte geográfico (SEAPPA, 2011).

As ações conjuntas entre produtores rurais e poder público possibilitam uma horizontalidade na gestão de políticas públicas. A partir da microbacia como unidade de ação estratégica é possível a tomada de decisões que envolvam produção econômica sustentável, com contrapartidas ambientais e que envolvam ainda a preocupação no que tange à sustentabilidade, e assim:

Promover o Desenvolvimento Sustentável do setor agropecuário fluminense, utilizando a metodologia de microbacia hidrográfica a fim de identificar e apoiar iniciativas e arranjos locais que possibilitem a construção de um processo evolutivo e contínuo de geração de renda, respeitabilidade ambiental e equidade social, propiciando assim a melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral e em especial pequenos produtores e agricultores familiares. (RIO RURAL BIRD, 2009)

Com o aprimoramento na consolidação das práticas que integram políticas públicas de foro sustentável, houve uma nova proposta de aumento nos prazos do Rio Rural. Foi aprovado ainda em 2012 com prazo até 2018, de um Fundo Adicional (FA) de investimento. O FA possibilitou que finalmente todas as regiões do estado fossem beneficiadas com o Programa Rio Rural.

Além da ampliação territorial e de beneficiários, foram idealizadas para essa fase investimentos mais contundentes em ações mais estruturantes, tanto produtivas quanto ambientais. Os projetos estruturantes seriam destinados a grupos formalizados de agricultores e agricultoras familiares, aperfeiçoando a proposta original de apoio estratégico às cadeias produtivas como elemento central de acesso mais eficiente dos agricultores aos mercados. A nova perspectiva previa a focalização em agrupamentos estratégicos, dentro das microbacias, ou extrapolando seu território e até mesmo a divisão entre municípios, favorecendo a lógica da organização social. (HISSA, 2020 p. 77)

Além da expansão do prazo em dois anos, foram aportados mais de US\$100 milhões que possibilitaram a ampliação de suas atividades para novas áreas do estado. Com o aporte adicional, a abrangência territorial do Rio Rural alcançou 72 municípios e 366 microbacias hidrográficas, e a conclusão do programa foi prorrogada para 2018 (SDS, 2018).

A implantação do Rio Rural trouxe novos modelos de gestão do território e políticas públicas. O incentivo à participação dos atores envolvidos faz com que a adesão na construção dessa política seja de forma coletiva, destacando a transparência nas decisões a nível local, sempre priorizando a autogestão comunitária (HISSA, 2020).

Segundo as diretrizes do Programa, houve foco na melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais, e para isso seguiu-se a estrutura que consolida o Desenvolvimento Rural Sustentável, e que tem como base o

desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias, concomitantes às práticas de inversão dos processos de degradação ambiental.

#### **4.1. Procedimentos Metodológicos do Programa Rio Rural a nível local/municipal**

O Programa Rio Rural, que possui um pacote metodológico de aplicação às microbacias trabalhadas em cada município participante, divididas em fases, sendo: Sensibilização, Planejamento e Execução.

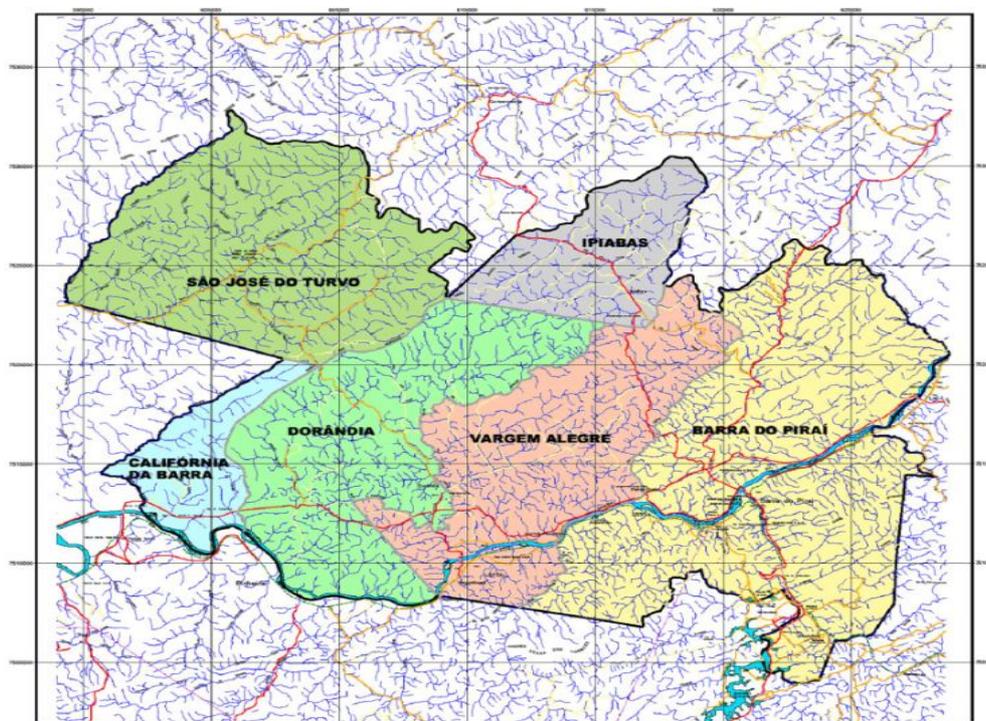
Todas as fases tiveram como base a realização de reuniões participativas *in loco*, conduzidas por técnicos da Emater-Rio na microbacia trabalhada, que obrigatoriamente deveriam possuir registro fotográfico, lista de presença e atas. Para além das reuniões, a fase denominada como Execução abrangia também visitas dos técnicos nas propriedades rurais onde seriam implantados os projetos, afim da elaboração dos PID – Projetos Individuais de Desenvolvimento.

O número de reuniões variou em cada microbacia. Isso ocorreu devido ao número de participantes e da capacidade de organização e síntese do público beneficiário, variando para mais ou menos reuniões. Contudo, as metodologias determinadas foram seguidas por todas as MBH. Uma das metodologias participativas na implantação do Programa Rio Rural foi a formação do COGEM (Comitê Gestor da Microbacia), composto por membros do público beneficiário, responsável por sugerir os pré requisitos de participação dos participantes no sorteio que estabeleceu a ordem de recebimento dos recursos, como por exemplo, a frequência mínima dos participantes nas reuniões.

##### **4.1.2. Fase de Sensibilização**

O programa Rio Rural alcançou abrangência estadual, regional e local com diferentes importâncias. Porém, nesta pesquisa faremos a análise de sensibilização, planejamento execução do programa no município de Barra do Piraí, com desdobramentos principalmente das MBH Rio das Flores/Ipiabas e São José do Turvo. Na esfera municipal a execução do Rio Rural fica a cargo dos Escritórios Locais da Emater-Rio.

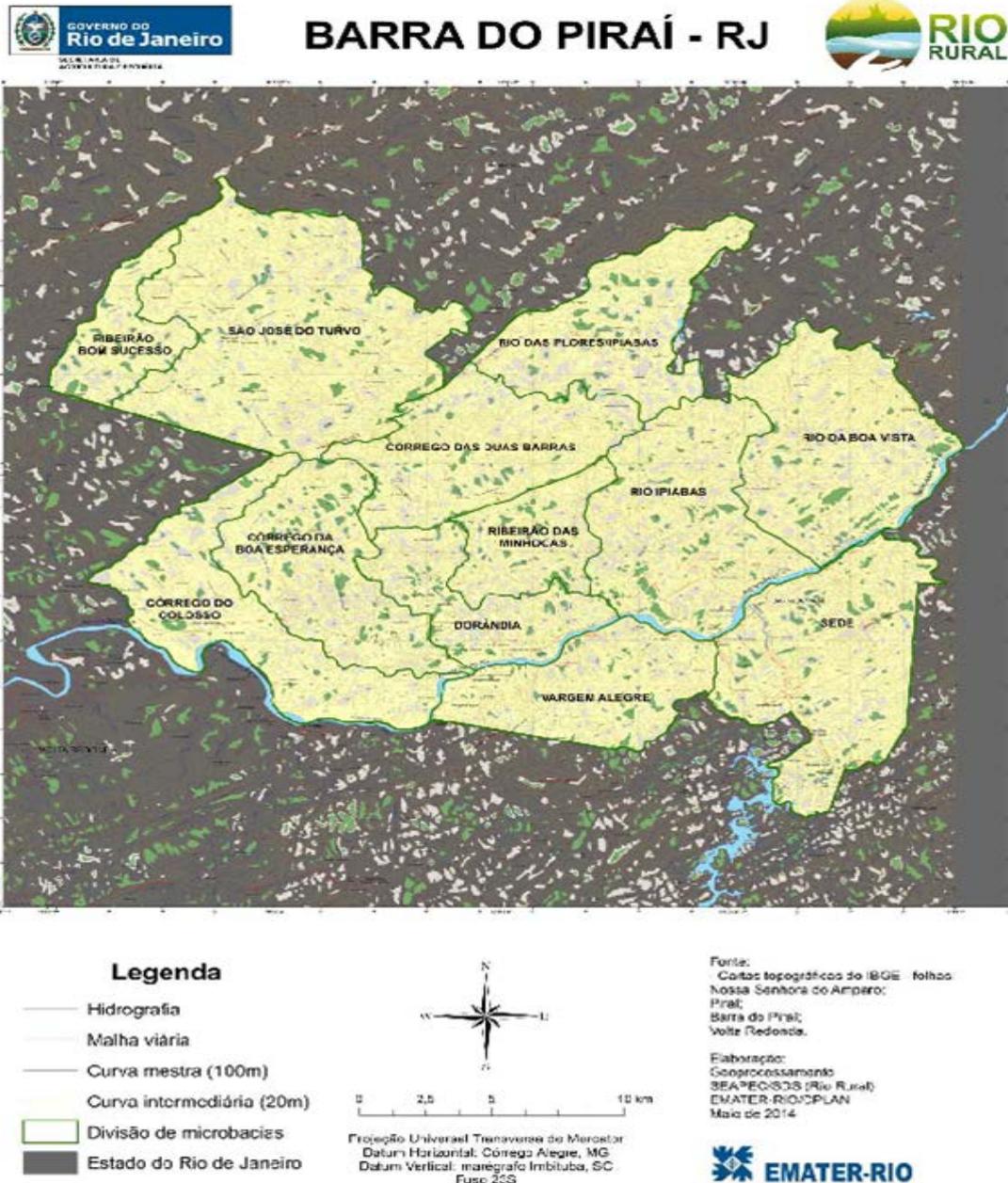
Até a Emater-Rio aderir as microbacias como recorte de planejamento, suas ações de atendimento ao público rural a nível municipal eram norteadas pela utilização da divisão do município em distritos. Em Barra do Piraí a divisão distrital é composta de: Barra do Piraí (Sede), Dorândia, Ipiabas, São José do Turvo, Vargem Alegre e Califórnia da Barra.



**Figura 01:** Mapa de Barra do Piraí com divisão de limites distritais. (Adaptado do Plano Diretor Participativo. PMBP, 2022).

Barra do Piraí foi contemplada com o Programa Rio Rural na fase do BIRD/Fundo Adicional (FA), com início em 2014 e culminância em 30 de novembro de 2018. Inicialmente o Escritório Local de Barra do Piraí com o auxílio da SDS (Superintendência de Desenvolvimento Sustentável) realizou o mapeamento das microbacias no município, que a partir de então passa a ser dividido em doze Microbacias Hidrográficas, como unidades de planejamento e ação, a saber: Rio das Flores/Ipiabas, Córrego das Duas Barras, São José do Turvo, Ribeirão Bom Sucesso, Córrego da Boa Esperança, Dorândia, Ribeirão das Minhocas, Córrego do Colosso, Vargem Alegre, Rio Ipiabas, Rio da Boa Vista e Sede.

Como exposto, o Rio Rural foi implantado em Barra do Piraí de acordo com a metodologia determinada pelo Banco Mundial, assim como em todo o estado do Rio de Janeiro, a fim de manter-se uma padronização na condução do Programa.



**Figura 02:** Mapa de Barra do Piraí dividido em Microbacias Hidrográficas (EMATER-RIO, 2014).

Porém, é importante citar que, por ser um programa duradouro, que foi implementado sob diferentes contextos políticos e sociais, o Rio Rural foi sendo ajustado enquanto sua implementação era realizada. Tais ajustes foram motivados pela necessidade de conciliação ao contexto da realidade local, a situações imprevistas, além de aspectos relacionados à capacidade operacional dos implementadores e claro, às demandas dos beneficiários (HISSA, 2020).

Todas as reuniões foram registradas fotograficamente, e também através de listas de presença e atas; todas as reuniões possuíam pauta pré-definida, que ao final geravam um produto, como: Adesão da MBH ao Programa, Confecção Participativa do Plano Executivo da MBH (PEM),

Confecção do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), escolha dos membros do COGEM, etc.

O fluxo do Programa obedece a um escopo lógico desde a Fase de Sensibilização, passando pela Fase de Planejamento, até a Fase de Execução, como mostra esquema abaixo.



**Figura 3:** Fluxograma da Metodologia de Microbacias adotado pelo Programa Fonte: SEAPEC (2009, p. 80).

Com o mapeamento realizado, o Escritório Local de Barra do Pirá - EMATER-RIO teve como responsabilidade a apresentação do Programa Rio Rural aos agentes do governo municipal. A Fase de Sensibilização é de extrema importância para que autoridades municipais e sociedade civil estejam cientes da implantação de uma Política Pública com grande aporte de recursos no município, com princípios de fomento ao desenvolvimento rural de bases sustentáveis.

Para isso houve convocação extraordinária realizada pela Emater-Rio Local para uma assembleia do CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável), com convite extensivo a produtores rurais e moradores das comunidades rurais de Barra do Pirá.

Para definir quais microbacias seriam priorizadas, houve um processo de ranqueamento, com critérios estabelecidos pelo Banco Mundial. O ranqueamento das microbacias contempladas com o Rio Rural tem como base questões que perpassam assuntos de foro ambiental, econômico e social, como aponta o Manual Operacional do Rio Rural.

- a) Biodiversidade: As maiores pontuações serão para áreas onde existam remanescentes de vegetação nativa a ser preservados, reduzindo as ameaças à biodiversidade com a implantação de sistemas de produção que permitam a conservação dos recursos naturais no entorno destes fragmentos;
- b) Água para Abastecimento Humano: As maiores pontuações serão para as microbacias, que são drenadas por cursos d'água que abastecem o maior número de habitantes;
- c) Organização comunitária: O Projeto pretende contribuir para o fortalecimento das formas organizacionais existentes, assim as maiores pontuações serão para as microbacias que já possuem alguma forma de organização;

d) Concentração de agricultores familiares; Os agricultores são os principais beneficiários do Projeto, assim devem receber maior pontuação as microbacias onde exista o maior número de famílias de agricultores familiares; (SEAPEC, 2009 p. 48)

A pontuação varia de um a três, e as microbacias melhores pontuadas foram ranqueadas de maneira crescente.

Abaixo, mapa do ranqueamento das microbacias de Barra do Piraí, realizado através da participação coletiva de membros do CMDRS, sociedade civil e produtores rurais representantes de suas respectivas microbacias, elaborado em 2014 pelo Escritório Local de Barra do Piraí.

**Tabela 1:** Mapa do ranqueamento das MBH contempladas pelo Rio Rural em Barra do Piraí - RJ (Adaptado EMATER-RIO, 2014).

CRITÉRIOS	MICROBACIAS											
	RIBEIRÃO BOM SUCESSO	SÃO JOSÉ DO TURVO	RIO DAS FLORES IPIABAS	RIO IPIABAS	RIO DA BOA VISTA	CÓRREGO DUAS BARRAS	CÓRREGO DA BOA ESPERANÇA	CÓRREGO DO COLOSSO	RIBEIRÃO DAS MINHOCAS	DORANDIA	VARGEM ALEGRE	SEDE
BIODIVERSIDADE	2	3	3	2	3	2	2	2	2	2	2	2
ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO	2	3	3	2	3	2	2	3	2	3	3	3
ORGANIZAÇÃO COMUNITARIA	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1	2	2
CONCENTRAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES	1	3	3	2	2	1	1	2	1	2	3	1
TOTAL	6	10	11	8	9	6	6	8	6	8	10	8
RANQUE	11º	3º	1º	8º	5º	12º	9º	7º	10º	6º	2º	4º

As colunas destacadas em amarelo representam as três microbacias, das doze existentes, que foram de fato contempladas com o Programa Rio Rural em Barra do Piraí, entre os anos de 2014 e 2018.

Após selecionar as microbacias para implantação do programa, a Emater-Rio, via Escritório Local de Barra do Piraí apresentou o Rio Rural para as demais esferas da municipalidade, como secretários das áreas afins, como de Agricultura e Meio Ambiente, em sessão na Câmara dos Vereadores e reunião agendada com o prefeito do município.

#### 4.1.3. Fase de Planejamento

Findado o ordenamento das microbacias, houve grande mobilização para a primeira reunião de adesão *in loco* na comunidade rural melhor ranqueada, neste caso, Microbacia Rio das Flores/Ipiabas, nomeada também como MBH 1. É importante destacar que a Fase de Sensibilização é cíclica, e permanece sendo feita no município para além das microbacias contempladas, e durante todas as fases.

Antes de iniciar a implantação do Programa Rio Rural na microbacia é importante a realização deste primeiro encontro, que tem o objetivo específico da adesão da comunidade ao programa. A adesão deve possuir registro fotográfico, indicando que os presentes aceitaram a implantação do programa

em sua microbacia, onde os produtores levantam as mãos em analogia à sua aceitação.

Destaca-se ainda que a implantação do Rio Rural nas diferentes microbacias de Barra do Pirai se deu em momentos diferentes entre 2014 e 2018, período em que o programa foi trabalhado no município.

Todas as reuniões do Programa Rio Rural ocorreram na microbacia-foco, unidade de ação estratégica, para que a participação dos produtores fosse massiva. As reuniões foram pautadas utilizando-se a metodologia determinada pelo Banco Mundial e adaptada pelos técnicos da Emater-Rio, já conhecedores das comunidades e suas particularidades.

O Rio Rural tem como preceito as metodologias participativas, e por isso as reuniões possuíram pauta construída coletivamente, com condução dos assuntos seguindo tais procedimentos metodológicos do Rio Rural.

Na primeira reunião realizada em cada microbacia, os conceitos e objetivos do Programa são expostos aos presentes, bem como suas regras de adesão. É importante ressaltar que os recursos do Programa Rio Rural não são reembolsáveis, o que é popularmente conhecido como “recurso a fundo perdido”, e que devem atender as regras de prestação de contas e contrapartidas.

Cada beneficiário teve direito a um valor de até R\$7 mil para agricultores familiares, e R\$5 mil para demais produtores, de maneira individual. Porém, caso houvesse interesse em formar um grupo informal (de no mínimo três beneficiários), ambos tiveram direito a acessar o valor de até R\$10 mil para investimentos em práticas individuais, e com direito a até R\$5 mil para investimento no Projeto Grupal, totalizando um valor de até R\$15 mil por beneficiário participante do grupo.

As condições para a obtenção dos incentivos são determinadas pelos próprios beneficiários nas reuniões realizadas, porém, há alguns pontos que são colocados como regra, como participação mínima nas reuniões. Em outro momento as regras são pertinentes aos projetos, onde os beneficiários devem assinar um termo onde se comprometem a cumprir o previsto no PID – Projeto Individual de Desenvolvimento.

Além disso, cada beneficiário comprometeu-se também a permitir a visita de técnicos da Emater-Rio em sua propriedade, tanto para fins de apoio técnico relacionado às práticas previstas em projeto, quanto para supervisão da implantação das mesmas. As visitas constantes dos técnicos acabam por contribuir no fortalecimento dos laços entre instituição e produtor/comunidade, fortalecendo ainda a importância da extensão rural no campo.

Todas as reuniões subsequentes possuem pauta, e são fielmente seguidas a fim de se manter a celeridade do processo, de maneira organizada. Preza-se sempre pelo engajamento da comunidade na construção coletiva do Rio Rural como Política Pública sustentável.

Nesta fase há também a importante missão de formação do Comitê Gestor da Microbacia (COGEM). Tal comitê é formado por participantes da comunidade presentes na reunião, sejam produtores rurais ou não, que sejam interessadas no desenvolvimento local, e que são co-responsáveis pelo planejamento, gestão e ação local para atendimento dos objetivos do Projeto.

O Comitê Gestor de Microbacia (COGEM) de forma geral têm autonomia para escolher suas ações, e essas ações devem ser coordenadas, elaboradas de forma conjunta e sempre levadas para apreciação em reunião aberta. [...] Cada uma das microbacias envolvidas no Programa Rio Rural escolhe os critérios de seleção dos participantes e, portanto, têm particularidades individuais. (GALIEZ, 2014 p. 42)

O COGEM atua ainda diretamente na consolidação das metodologias que integram o Rio Rural, como o DRP e PEM, além da aprovação dos respectivos Planos Individuais de Desenvolvimento (PID) e subprojetos, sendo, portanto, co-responsável também pelas ações de gestão, execução, monitoramento, avaliação e fiscalização do Projeto. (SEAPEC, 2009)

Este Comitê é responsável ainda, em conjunto com a comunidade da microbacia, por definir um estatuto de funcionamento, o qual contemple as responsabilidades que o Projeto passará para a comunidade bem como garantir a representatividade de todos os segmentos e grupos de interesse da microbacia. (SEAPEC, 2009)

O Comitê Gestor tem como função principal na Fase de Planejamento a aprovação dos produtores e produtoras que porventura os técnicos da Emater não conheçam. Esta aprovação prévia evita que pessoas não relacionadas à atividade rural se beneficiem desta política que foi idealizada para este fim. A formação do COGEM tem importância para além das questões relativas ao Programa Rio Rural. A formação de um grupo com perfil de liderança motiva os demais membros das comunidades rurais, bem como fortalece seus laços, facilitando assim a união dos produtores na formação de grupos em comum com finalidade de cooperação mútua.

#### **4.1.4. Fase de Execução**

A Fase de Execução é compreendida pela fase em que cada produtor seja tratado já como beneficiário. Há uma rígida análise das regras criadas coletivamente, observando-se as atas e assinaturas das listas de presença, além da aprovação do COGEM para que os produtores entrem na lista de sorteio.

Há um sorteio, com todos os presentes aprovados previamente, ou se fazendo representar através de documentação também previamente informada. O sorteio tem como premissa demonstrar a transparência do Rio Rural, e tem a função de definir a ordem em que os Projetos individuais de Desenvolvimento (PID) serão realizados.

Para isso, houve divisão em lotes de dez beneficiários, onde os projetos grupais são colocados como prioridade. Após a realização do sorteio, os beneficiários passam a ser atendidos de maneira individual em suas propriedades.

Há um *hall* de práticas pré-definidas pelo Rio Rural que englobam atividades ambientais sustentáveis e econômicas. As práticas possuem um valor estipulado em reais, e podem ser escolhidas de maneira proporcional ao valor em que o beneficiário tem direito, como por exemplo: A prática da Proteção de Nascentes tem uma abrangência de 1 (um) hectare de isolamento da área, com um valor de R\$3.600 reais, porém, foi permitido que esta prática pudesse ser contemplada em projeto com o valor de R\$1.260 reais,

abrangendo um isolamento de 0,2 hectares. Essa proporcionalidade das práticas em função da escolha de cada beneficiário permitiu que cada um deles pudesse utilizar os recursos de maneira integral.

O princípio máximo do Programa Rio Rural é a adoção de práticas econômicas de maneira concomitante à adoção de práticas sustentáveis. Além disso, o beneficiário tem como premissa a adoção de uma prática ambiental, que se torna a contrapartida do mesmo, já que os recursos são a fundo perdido.

O Rio Rural vê o homem do campo como protagonista no processo de desenvolvimento. Por isso, promove a participação comunitária nas políticas públicas e gestão de recursos naturais, buscando a conscientização e adesão do produtor às práticas sustentáveis. Por outro lado, defende que o agricultor familiar seja compensado pela limitação do uso dos recursos naturais impostas pelas políticas de conservação (RIO RURAL BIRD, 2009).

Além de práticas econômicas e ambientais, havia opção da aquisição de equipamentos, como roçadeiras, picadeiras de capim, ordenhadeiras mecânicas, entre outros. Porém, quando se trata de equipamentos os beneficiários precisavam sinalizar a contrapartida de 20% (vinte por cento) com recursos próprios.

Nas práticas econômicas a contrapartida do beneficiário é a mão de obra própria, já que o projeto não prevê contratação de terceiros para a execução das práticas. E por isso a contrapartida dos equipamentos era realizada em dinheiro, já que não exige mão de obra.

Todos os PID possuem informações pessoais do beneficiário, bem como informações acerca da renda proveniente das atividades agropecuárias da propriedade. Há no projeto individual os croquis produzidos através do *Google Earth Pro*, os quais indicam a situação atual da propriedade e também a previsão da implantação das práticas pré-estabelecidas.

Nos croquis todas as áreas são demarcadas com as coordenadas geográficas, e as áreas são medidas e definidas em hectares, como área total, área de mata, sede da propriedade, lavouras e demais particularidades que apresentem relevância à composição do projeto individual.

Todos os projetos realizados pelo Escritório Local da Emater Barra do Piraí foram confeccionados seguindo a ordem do sorteio para posterior envio à SDS. A partir do envio era necessário aguardar um retorno das esferas hierarquicamente superiores com o retorno oficial da liberação dos recursos, nominal e individualmente.

Os beneficiários foram avisados da liberação dos recursos numa reunião organizada pela Emater local Barra do Piraí, primando também pela presença de membros do COGEM. Os beneficiários receberam orientações de maneira individual, já que há uma grande diversidade das práticas escolhidas.

As orientações são pertinentes às regras do Rio Rural, que possui base agroecológica sustentável. Não foi permitida a aquisição de adubos minerais nitrogenados, nem agrotóxicos. Todas as aquisições de produtos e equipamentos deveriam ser realizadas de vendedores idôneos com fornecimento de nota fiscal.

#### 4.1.5. Escopo de metodologias participativas do Programa Rio Rural

A adoção de metodologias participativas permeia o Programa Rio Rural durante todo seu processo de implantação no território da microbacia. Essas metodologias atuam como importante ferramenta na consolidação do planejamento territorial através do incentivo à “autogestão dos recursos naturais em microbacias hidrográficas” (HISSA, 2020 p.146).

As abordagens participativas da metodologia de microbacias hidrográficas e de fortalecimento da autogestão comunitária evidenciaram, assertivamente, aspectos cognitivos e valores subjetivos dos implementadores e beneficiários como ativos essenciais a favor da implementação de políticas públicas descentralizadas como o Rio Rural: o capital social dos atores sociais e o comprometimento dos implementadores com a ação pública (HISSA, 2020 p. 149).

Para Cançado *et al.* (2019), deve se prezar pela constituição dos espaços com anseios pelas diversidades. Para tanto, a organização desses espaços deve refletir ainda sobre o papel dos indivíduos como atores sociais, que vai muito além da “mera transferência de responsabilidades, que em nada contribui para a gestão social”, já que o objetivo principal deve ser o direcionamento das demandas coletivas em detrimento das individuais (CANÇADO *et al.*, 2019 p. 9).

A descentralização das decisões fortalece os princípios da autogestão comunitária, portanto, a criação do COGEM, com membros das comunidades rurais consolida uma estrutura decisória de nível local, incluindo atores inseridos em diferentes grupos de interesse.

A divisão dos grupos de interesse tem como foco homogeneizar as características e conseqüentemente as demandas presentes nos territórios inseridos nas microbacias, que é a unidade de gestão territorial mínima empregada pelo Rio Rural.

#### 4.1.6. Diagnóstico Rural Participativo – DRP

Durante as reuniões da fase de planejamento do Rio Rural nas microbacias trabalhadas há a construção coletiva do DRP (Diagnóstico Rural Participativo). Para elaboração deste diagnóstico houve uma divisão de Grupos de Interesse ou Identidade, como por exemplo: pecuaristas, agricultores, assentados, entre outros. Como dito, embora as microbacias estejam localizadas no mesmo município, essas possuem características bem distintas entre elas, a depender do recorte territorial analisado.

O DRP é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. (VERDEJO, 2007 p.12)

Ainda segundo Verdejo (2007), é recomendado que os produtores sejam os reais protagonistas da consolidação desse Diagnóstico. Os próprios atores devem analisar a conjuntura territorial contextualizada de maneira coletiva,

devendo-se considerar as diferentes opções a fim de melhorá-la, fazendo com que a equipe de mediação interfira o mínimo possível.

A construção desses diagnósticos participativos interfere também no fortalecimento dos laços entre os atores. Além disso, atuam como uma ferramenta capaz de evitar retrocessos no processo de consolidação do protagonismo dos agricultores nas ações coletivas para a solução de problemas e demandas levantadas (HISSA, 2020).

O Escritório Local de Barra do Piraí é responsável pela consolidação dos dados levantados durante a construção do DRP, onde os produtores rurais elencam problemas e sugestão de soluções. “O objetivo principal do DRP é apoiar a autodeterminação da comunidade pela participação e, assim, fomentar um desenvolvimento sustentável” (VERDEJO, 2007 p.12).

O trabalho de campo do autodiagnóstico é de extrema importância para a compreensão dos grupos de interesse no que tange à conjuntura econômica, ambiental e social em que estão inseridos. Assim, há identificação dos problemas, e apontamento dos possíveis ações em prol da solução dos gargalos mais citados, por conseguinte, melhorando aspectos relevantes para a comunidade, influenciando diretamente na melhoria da qualidade de vida das famílias que ali vivem.

#### **4.1.7. Planejamento Executivo da Microbacia - PEM**

Assim como o DRP, o Plano Executivo da Microbacia (PEM) compõe função indispensável para a implantação do Programa Rio Rural. O PEM seguiu a metodologia da aplicação de questionários durante reuniões dentro das microbacia trabalhada pelo programa.

Este plano contempla as informações e demandas levantadas pelo DRP, e complementa a caracterização ambiental, econômica e social das comunidades rurais nas microbacias beneficiadas com o Rio Rural.

Para a construção desse Plano, foi utilizada a mesma metodologia do DRP, que consiste em reuniões semanais com os produtores rurais, e a aplicação de questionário já formulado pela Superintendência de Desenvolvimento Sustentável (SDS).

A realização da aplicação destes questionários e a geração de resultados que os preencheram foram feitos pela equipe de técnicos do escritório local de Barra do Piraí da EMATER-RIO, com a efetiva participação dos produtores rurais, divididos em grupos de interesse, assim, gerando diferentes perspectivas acerca das demandas levantadas e possíveis soluções, pois concordamos com Alcantara *et al.* (2013 p.14) quando afirmam que “o conhecimento dos problemas e/ou necessidades locais é um elemento extremamente importante na proposta do desenvolvimento territorial”.

O PEM é um documento flexível e que deve ser atualizado sempre que houver necessidade. Ele apresenta informações bastante completas, como uso do solo, Áreas de Preservação Permanente, dados quantitativos de produção, Processos de Degradação dos Solos, principais atividades agropecuárias da microbacia, dentre outras informações que possuem papel indispensável à caracterização das microbacias.

A partir dessas metodologias participativas, o Rio Rural tem alvo a integração de diferentes interfaces do processo produtivo e de

desenvolvimento rural sustentável. Tais metodologias atuam então como importante instrumento de estruturação o programa como Política Pública voltada ao desenvolvimento rural sustentável das comunidades contempladas.

## 5. Próximos passos da pesquisa e considerações finais

A pesquisa foi materializada inicialmente através uma triangulação entre investigação teórica, pesquisa documental e revisão de literatura dos temas analisados. Além de pesquisa relacionada ao Programa Rio Rural, bem como fontes para a contextualização da região sul fluminense e do município de Barra do Piraí, e de suas características de produção agropecuária.

Considerando que a hipótese central desta pesquisa é que existem variantes que são cruciais para a aplicação e para a compreensão dos desdobramentos da política pública Rio Rural, mas que os agentes executores desta política ainda não identificaram - parte-se do princípio de que para compreender os resultados de uma política pública com viés territorial, não basta somente olhar os resultados (o ponto de chegada), mas é importante olhar o ponto de partida - que não são os mesmo nos dois casos analisados - e nem caso nenhum - por mais que quantitativamente os dados possam ser semelhantes. Isso porque há diferentes questões que fazem parte das estruturas e das relações sociais territorializadas.

A análise dos desdobramentos territoriais de uma política pública deve abarcar esta complexidade de fatores, que podem ser melhor identificados em uma análise qualitativa adequada de dados quantitativos.

Destaca-se aqui mais uma vez a atuação profissional da elaboradora dessa pesquisa como técnica executora do Programa Rio Rural no município de Barra do Piraí, com vínculo à entidade implementadora (Emater-Rio).

Apesar desse vínculo, ideou-se apresentar as percepções sobre os resultados e dos envolvidos de forma a melhor sistematizar dados e informações entendidas como cruciais para uma melhor compreensão e avaliação dos desdobramentos dessa política pública, contribuindo assim com os esforços para entender potenciais e limitações, a partir da análise de dois casos considerados emblemáticos. Diante disso, tornou-se possível o acesso a fontes de informação primária aos documentos oficiais e institucionais do Programa Rio Rural, bem como seus mapas, atas das reuniões, registros fotográficos, além da participação ativa nas reuniões junto as comunidades.

Os dados primários da Emater-Rio são resultado de diversas reuniões realizadas nas microbacias contempladas no município de Barra do Piraí entre os anos de 2014 e 2018. Esses encontros *in loco* geraram ainda produtos como os Planos Executivos das Microbacias (PEM), e os Diagnósticos Rurais Participativos (DRP), ambos provenientes de metodologias participativas com produtores rurais nas MBH aqui pesquisadas, com informações de grande relevância na compreensão das demandas do território rural dessas comunidades.

Os documentos serão reunidos e terão seus dados quantitativos consolidados de maneira a alcançar os objetivos apresentados nesta pesquisa. A partir dos dados quantitativos será possível a comparação dos resultados da adesão dos projetos entre dois casos emblemáticos no município de Barra do

Piraiá, sendo as microbacias Rio das Flores/Ipiabas, aqui determinada como MBH 1; e São José do Turvo, MBH 2.

Como perspectiva de análise, para além do aspecto econômico, pretende-se analisar as dinâmicas e particularidades da formação do território rural nas diferentes comunidades que compõem as microbacias. Entender como se dá a relação dos agentes com o território e com o acesso a terra no espaço rural parece de suma importância. Para isso, será utilizada a técnica de coleta de dados através de entrevistas semi estruturadas com “beneficiários-chave” das diferentes comunidades rurais, como produtores e produtoras inadimplentes, adimplentes, líderes comunitários, e de diferentes perfis socioeconômicos (por exemplo, assentados (as), agricultores (as) familiares, neo-rurais, além da percepção dos Extensionistas Rurais, executores do programa.

As entrevistas serão norteadas por um roteiro e serão aplicadas em visitas realizadas nas propriedades rurais contempladas com recursos do programa. Serão formuladas perguntas pré-definidas e também de questões abertas, de modo que haja interação dinâmica e fluida entre entrevistador e entrevistado, abrangendo indagações de cunho pessoal (família), produtivo (econômico) e social, além das questões relacionadas diretamente ao Rio Rural.

Como corrobora Grisa (2012), esse tipo de entrevista favorece a descrição, explicação e compreensão dos fenômenos sociais em sua totalidade, e ainda questões de múltipla escolha, possibilitam a obtenção de respostas diretas e/ou objetivas, facilitando sua sistematização sistematizar.

## 7. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Relatório de pesquisa — Projeto BRA, 97/013, Ipea, 1999.

AGUIAR, M. D. S. **Condições de vida, políticas públicas e efeitos no desenvolvimento rural: uma análise do Programa “RS Rural” no contexto das desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ALCANTARA, F. V. De, SANTOS, R. C., COSTA, J. E. Da. **Gestão social nos territórios rurais do Brasil: limites e possibilidades**. UFSM, Santa Maria, 2013. 25p. Disponível em: <[http://coral.ufsm.br/centroserra/images/Alcantara\\_GESTOSOCIAL.pdf](http://coral.ufsm.br/centroserra/images/Alcantara_GESTOSOCIAL.pdf)> Acesso em: JUN de 2022.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R.. A evolução do espaço agrário fluminense. 2005. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **GEOgraphia**-Ano 7 -NO 13, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; AMARO, Amaro Junior GENTIL, Lucas. Luta por terra e Reforma Agrária no Rio De Janeiro (1950-2018). **GEOgraphia**, v. 24, n. 52, 2022.

CANÇADO, A. C., RIGO, A. S., IWAMOTO, H. M., PINHEIRO, L. S. *Gestão Social, Auto gestão e gestão Democrática pela Navalha de OCCAM In: Uma abordagem conceitual baseada na Teoria dos Conjuntos. Revista NAU Social* - v.10, n.18, p. 17-26, 2019.

CARVALHO, Rodrigo Guimarães. *As bacias hidrográficas enquanto unidades de planejamento e zoneamento ambiental no Brasil. Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 36, p. 26-43, 2014.

CARVALHO, Fabiana Pereira de, *et al.* *Assistência Técnica e Extensão Rural em assentamentos de reforma agrária: uma análise do monitoramento dos contratos. Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*. 2020. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552062677016>>. Acesso em: JUN de 2022>.

EMATER-RIO. **Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/>> Acesso em: MAI de 2022.

EMATER-RIO, **Projetos Executivos de Microbacias (PEM)**. Emater-Rio, 2015.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão – do Agrário ao Territorial**. 220 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental – USP, São Paulo, 2006.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. *Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. Revista de administração pública*, v. 46, p. 1575-1597, 2012.

GALLIEZ, Ian Luiz Willach. **O protagonismo e o Rio Rural: uma análise da participação dos agricultores no Programa de Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro**. 2014. 95 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2014.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. PhD diss., Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. 1ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

HISSA, Helga Restum. **Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural Sustentável: Estudo de Caso do Programa Rio Rural**. 174 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologia e Inovação em Agropecuária – UFRRJ. Seropédica, RJ, 2020.

IBGE. **CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

MARAFON, Gláucio. **Permanências e mudanças no campo: uma leitura sobre as transformações recentes no espaço rural fluminense**. MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza, p. 329-347, 2009.

MDA. **Realizar Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-se-no-caf-cadastro-nacional-da-agricultura-familiar>. <Acesso em: JUL de 2022>.

MOREIRA, Ruy. Uma análise crítica do modelo de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. In: **Anais do seminário: O estado do Rio no início do século XXI: olhando para o futuro**. Rio de Janeiro: UFF, p. 127-132, 2001.

NEVES, Lafaiete Santos; *et al.* **A transição do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável**. II Seminário de Sustentabilidade (2007). 2010.

PORTAL PMBP. **Prefeitura Municipal de Barra do Piraí**. Disponível em: <<http://www.barradopirai.rj.gov.br/portal/>> Acesso em: Mai. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; DA ROCHA LEÃO, Pedro Catanzaro. Terra, Violência e Conflito na Formação territorial brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015-2019). **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 712-767, 2020.

RIO RURAL BIRD. **Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas**. Disponível em: <<http://www.microbacias.rj.gov.br/pt/rio-rural-bird>>. 2009.

RODRIGUES, Gabriel Magalhães. **Os desafios do desenvolvimento rural: uma análise dos efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nos Municípios fluminenses de Paty do Alferes, Valença e Vassouras**. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SDS. Superintendência de Desenvolvimento Sustentável. **RIO RURAL BIRD**. V. 1 p.1-99, 2009.

SEAPEC. SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro – Rio Rural. Manual Operacional (Rio Rural BIRD/FA)**. SEAPEC/Niterói, volume I, 238p. 2009.

SEAPPA. SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO. **Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro – Rio Rural. Manual Operacional (Rio Rural BIRD)**. SEAPPA/Niterói, volume I, 117p. 2011.

SHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, n. 11, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes *et al.* **Microbacia como unidade de planejamento: o caso da microbacia hidrográfica do Ribeirão Fidélis, Blumenau (SC), Brasil**. Planejamento Urbano – Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Blumenau, 2004.

SOUZA, Raquel Pereira de. O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de Uma Análise Multidimensional<sup>1</sup>. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 109-126, 2019.

VAINER, Carlos Bernardo. Planejamento Territorial e Projeto Nacional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, p. 09-23, 2007.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático**. Revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 62 p. 2007.

---

<sup>1</sup> Seguindo os critérios adotados pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), são definidos como aqueles que possuem até quatro módulos rurais; pelo menos 50% da renda familiar devem ser provenientes da produção agropecuária.